

Mikhail Bakhtin, discutindo o estudo das ideologias e a filosofia da linguagem, afirmou que a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social¹. A partir de Bakhtin, penso que podemos imaginar vários desdobramentos para a relação entre imprensa e cidadania, o tema central proposto para esta nossa conversa. E será assim, em tom de diálogo, que pretendo apresentar a vocês algumas das minhas mais recentes preocupações sobre essa problemática tão importante e, ao mesmo tempo, tão esquecida do centro concreto de nosso exercício profissional. Muito se tem falado da imprensa e cidadania. É um tema que tem uma certa aura, para usar uma expressão charmosa que vem desde Baudelaire e Benjamin.

O jornalismo e a "cidadania Mastercard"

Antônio Marcus Alves de Souza*

Discutir os pontos de contato da imprensa e cidadania pressupõe um recorte mais amplo que nos conecta a uma relação entre jornalismo e sociedade. Isso nos obriga a fazer um novo desdobramento e a pensar: não estaremos discutindo qualquer jornalismo. Nem mesmo qualquer sociedade. O que nos interessa é perceber, de modo fragmentado e provisório, alguns

lances sobre a relação entre o jornalismo e a sociedade brasileira contemporânea, marcada pela crescente modernização tecnológica e pelo esforço de se fazer presente no mundo global.

Estamos apostando em um conjunto de problematizações que, talvez, nos conduzam à redescoberta de uma herança. Trata-se de uma herança que recoloca, antes de mais nada, uma pequena pergunta que ecoa a um certo tempo: qual o sentido do jornalismo na sociedade contemporânea?

Fiz o questionamento em um ensaio anterior, no qual discutia a poesia de Allen Ginsberg e a pós-modernidade². Quais os sentidos do jornalismo quando observamos, de um modo simples, e sem muito rigor na observação, que atualmente qualquer grupo de jovens de 13-15 anos tem condição de tratar as informações e colocá-las no formato de um jornal. Suponho que se faz necessário uma reorientação na formação dos futuros jornalistas diante desse fato social experimentado a partir da emergência de novas tecnologias.

O específico da formação jornalística, agora, talvez nos conecte novamente a uma perspectiva do jornalista que tem capacidade não apenas de produzir informativamente a notícia, mas dá conta de interpretá-la, construí-la no jogo discursivo com outros campos do conhecimento; talvez possamos encontrar no diálogo interdisciplinar dados novos para nossa própria tecnologia social do jornalismo. Esse aspecto da formação sugere uma outra perspectiva para os futuros profissionais: a condição do intelectual público, que foi perdendo seu significado nos últimos anos. Entender o jornalista nessa condição de intelectual público implica, muito possivelmente, uma revisão do nosso passado recente.

Fazemos essa visita à história a partir da problematização de Daniel Pécault sobre a relação entre os inte-

* Antônio Marcus Alves de Souza é mestre em Comunicação e doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília e autor de *Cultura rock e arte de massa*, ed. Diadorim, 1995. (Este texto origina-se de uma conferência, do autor durante a III Semana Universitária da UCB, em 2001).

¹ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e a filosofia da linguagem*. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

² Ver. SOUZA, Antônio M. Alves de. Allen Ginsberg no supermercado da estética In *Arte de massa uma crítica e divertimento*. Brasília: Universa, 2002.

lectuais e a política no Brasil. Pécault nos mostra, sobretudo, um quadro de resistência e, em certos momentos, uma atitude de conformismo intelectual frente ao cenário pós-golpe militar no Brasil dos anos 65-79. Em seu livro, ao discutir os bloqueios à esquerda intelectual, ele vai nos mostrando um momento bastante rico e perturbador que a intelectualidade brasileira viveu no pós-ditadura. Certas contradições da dinâmica social do Brasil daquela época obrigaram a uma reformulação do próprio campo intelectual. A fracassada reação ao golpe e a adesão dos segmentos da classe média, inclusive com a simpatia de algumas associações profissionais, geram uma desilusão dos intelectuais nacionalistas. Passado o primeiro momento de surpresa, os intelectuais tentam reafirmar uma nova missão. Escreve Pécault a certa altura:

No silêncio a que estão reduzidas as classes populares, no contexto de fragmentação da esquerda, no ambiente de radicalização da juventude estudantil, (os intelectuais) atribuem a si a responsabilidade de continuar a assumir a representação das primeiras, de resgatar uma certa coesão da segunda e de prevenir o isolamento da terceira.³

É necessário entender a “invenção” de uma tal missão no seu próprio contexto para não incorreremos na falsa idéia de uma nostalgia do passado. Trata-se de compreender, em perspectiva, as respostas historicamente apresentadas por segmentos sociais marcados pelo terror da falta de democracia. É nesse cenário que se constitui o papel social dos intelectuais, associado à própria idéia de autonomia do campo intelectual.⁴ Os intelectuais abandonam a zona satélite do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para aderir a um processo que vamos experimentar marcadamente nos 80-90. Com o declínio do sentido político da missão intelectual, construída durante o regime militar, emerge a cultura de massa.

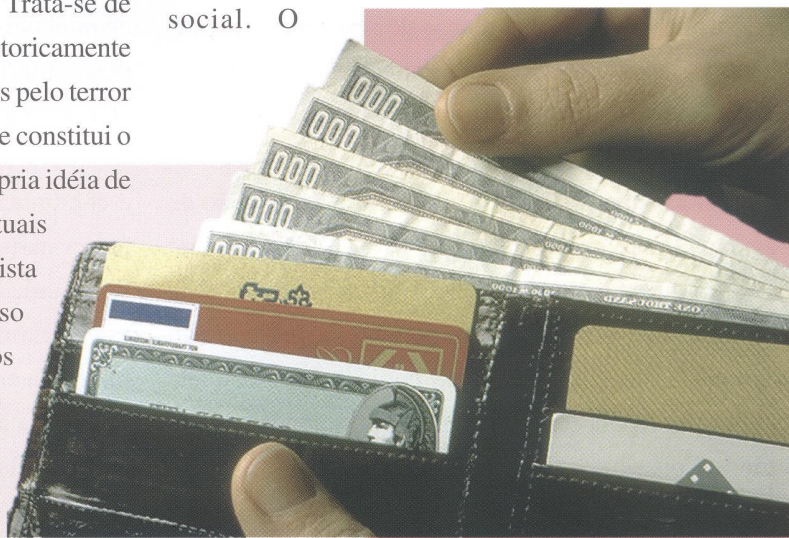
Reina a modernização, vai dizer Pécault:

Ocorrem também rápidas mudanças no modo de vida e nos valores da juventude das classes favorecidas. A ‘cultura de esquerda’ é acolhida nesse processo de modernização, um processo, porém, que já não tem muita relação com um projeto de sociedade.⁵

Constatar essa alteração da cultura brasileira nos últimos 30 anos não significa afirmar que os intelectuais tenham se ausentado totalmente da cena social. Ao contrário, podemos observar a sua presença em diversas situações aparecendo ora pelas polêmicas - como na questão do enfrentamento contra a censura, em um primeiro momento, ou das patrulhas ideológicas posteriormente - ora pela imprensa alternativa e de um conjunto de revistas especializadas.

Será justamente no campo da imprensa que vamos identificar um crescimento do debate e a emergência de uma maior diversidade, ou, nos termos de Pécault, uma maior diversificação do campo intelectual.

A reflexão sobre a relação do jornalismo com a sociedade - a partir da qual aparece o exercício da cidadania - pressupõe uma contextualização de um par de conceitos particularmente importante: o engajamento e a mobilização social. O



³ PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil - entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. p.201.

⁴ Trata-se de nomear a vocação política dos intelectuais, considerando a necessidade de conquista de uma autonomia da esquerda comunista - diga-se do PCB. Pécault considera que os anos 64-68 dão prova desse movimento rumo à autonomia, sobretudo no plano cultural. Conf. Pécault. op. cit. p. 202.

⁵ Pécault. Op. cit. p 203.

primeiro, hoje, parece estar em desuso - muito dificilmente observamos uma maior referência ao engajamento - e, na mídia, momentos importantes, como as comemorações do 1º de maio, tornam-se apenas mais um espetáculo ou uma grande disputa pela “deusa” da sorte para ver quem ganha o último modelo do carro popular. Os segmentos historicamente sempre mais críticos da sociedade parecem ter abandonado o sentido do engajamento, trocando-o pela mobilização consumista-cidadão - o que talvez reforce a virada de sentido da própria idéia de cidadania, discutida por Néstor García Canclini, ao afirmar o postulado de que a construção contemporânea da cidadania aposta muito mais no vago sonho do consumo.⁶ Mas não devemos avançar, por hora, nesse problema. Antes, será preciso, ainda, fazer um esforço de identificar uma situação.

Nos anos 60-70, o debate intelectual era construído a partir de um postulado de maior diálogo com a sociedade. Este era, então, realizado nas páginas de jornais que marcam um tempo e um forte posicionamento frente à ditadura. A título de exemplo, temos a experiência do *Opinião* em seu marcante enfrentamento com a Censura. Em 1977, seus jornalistas, cansados de serem censurados, lançam o famoso editorial *Fim de uma etapa*, no qual explicam que o jornal não mais circularia sob o regime de censura prévia. Nesse marco de resistência, identificamos algo importante para entendermos a época e construirmos elementos interpretativos sobre o papel dos intelectuais nesse processo de fomentar o debate público. O jornal assume os riscos do editorial e da posição de não mais se submeter à censura. Pinheiro Machado, em um livro quase memorial sobre o processo, conta toda essa história e pontua algo importante: a posição não era tomada isoladamente apenas por jornalistas daquela publicação. Apóia-se, no entanto, no posicionamento do próprio Conselho de Colaboradores do Jornal, composto

por intelectuais como Antônio Callado, Antônio Cândido, Fernando Henrique, Millôr, Celso Furtado, Paulo Emílio Salles Gomes, Weffort, Paul Singer.⁷ Um conjunto de nomes constitutivo de um certo agrupamento intelectual que dialogava de forma marcante com a imprensa e com a sociedade.

Na época, muitos intelectuais tinham nas páginas dos jornais um espaço público de expressão e de formulação de um pensamento sobre a sociedade brasileira. A universidade não era o lugar exclusivo de realização do discurso intelectual e o sistema de mídia capacitava a uma abertura maior para pensar a sociedade. Essa tendência, vamos observar mais tarde, entra em declínio e a imprensa passa a ser o lugar de fala e competência maior dos jornalistas - tecnicamente capazes do domínio da linguagem.⁸ A principal questão, penso, refere-se à virada desse processo, a qual pode ser periodizada por volta da primeira metade dos anos 80, momento de conquistas democráticas e de maior emergência de uma diversidade dos campos intelectual e do jornalismo. Não tenho a intenção de fazer uma periodização das diversas etapas desse processo, apenas pontuar um sentimento geral de que, com o processo de modernização da imprensa brasileira durante a primeira fase da Nova República, experimentamos uma virada do sentido dos debates intelectuais estimulados por um conjunto de jornalistas. Não quero dizer com isso que estamos mudos. O centro de nossa atenção é que já não se postula, a partir do debate, uma relação processual com a sociedade, pequenos grupos e comunidades. A ênfase recai mais em uma idéia de performatividade jornalística, na vaga noção de jornalismo-cidadão como prestação de serviços e menos no estabelecimento de interações entre os profissionais da imprensa e os grupos sociais.

Uma avaliação inicial é a de que esse processo se inicia ainda na Abertura Democrática e é consolidado

⁶ Conf. CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais* da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

⁷ MACHADO, J.A Pinheiro. *Opinião x censura - momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

⁸ Para um aprofundamento dessa problemática de um possível declínio do intelectual público, associado ao desenvolvimento de toda uma cultura universitária auto-suficiente e sustentável, recomendo uma consulta a RUSSEL, Jacoby. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp/Trajatória Cultural, 1990.

ao longo de um período entre os anos 80-2000, com o fortalecimento de uma cultura do consumo legitimada e estimulada pelo próprio sistema de mídia. Nesse instante lembro de um trabalho, organizado por Cremilda Medina, que revela muitas esperanças e assombrações dos jornalistas durante a Nova República. No debate organizado por Medina, encontramos a gênese de uma formação discursiva, para falarmos com apoio metodológico de Foucault⁹, bastante representativa desse postulado.

Nos diversos depoimentos dos profissionais participantes do debate observamos uma lacuna: a ausência da reportagem na imprensa. Experimentamos uma contradição rica naqueles anos e nos dias de hoje: tínhamos bons jornalistas e jornais, mas reclamava-se da falta da reportagem concebida como o lugar de expressão mais aprofundada de uma fala, de uma interpretação dos fatos sociais. José Hamilton Ribeiro mostra-se preocupado com essa situação e questiona mais de uma vez por que não fazemos reportagens se temos bons repórteres. Sua resposta caminha para a problemática econômica: não temos esse gênero definidor do jornalismo devido aos custos. Fazer reportagem é caro.¹⁰ É possível que esteja certo, mas, é provável - e temos as ferramentas conceituais e teóricas para o entendimento disso apenas em nossa época - que o fator determinante para esse silêncio, esse vazio da reportagem no jornalismo brasileiro esteja associado a outros elementos. Uma explicação possível para esse vazio da reportagem e, portanto, para a existência de um vácuo entre o jornalismo e a sociedade, associa-se à dominante cultura tecnicista estimulada pela cultura universitária, já sem a ênfase na formação de um intelectual público, comprometido com a sociedade e também pela cultura de massa - especializada na criação,

como disse certa vez Alfredo Bosi, de um “mundo de receituário”¹¹. Nesse mundo a idéia de um jornalismo que mantenha vínculos com a sociedade passa a ser apenas a sugestão de “dicas”, regrinhas de como fazer certas coisas. Canais de televisão e jornais impressos gastam grande parte da energia criativa dos seus repórteres para ensinar a população a se prevenir dos apagões. Enfatiza-se nobremente formas mágicas de como educar nossos filhos, como fazer a lancheira da criança, como evitar que a criança passe horas em frente à televisão; ensina-se até mesmo como manter boas relações com o vizinho do condomínio. A cidadania é postulada no gesto simplório de economizar eletricidade, enquanto não se comentam as questões mais graves da falta de planejamento de diversos governos brasileiros para o problema energético. Dessa forma, podemos observar que a possível relação conturbada, conflituosa entre o jornalismo e a sociedade, passou a ser menos um postulado da formulação do debate público - mantido durante duas décadas por um conjunto de jornalistas e de intelectuais - e mais um olhar passivo, cristalizado, superficial da mídia. Uma superficialidade que legitima e garante a própria cultura de massa vivenciada agora, em seu alto grau, como uma cultura do espetáculo. A lógica do espetáculo é o fator determinante da expulsão da reportagem no jornalismo brasileiro, considerado desde a Nova República como sendo “tecno-amorfo”.¹²

Pensar a relação entre jornalismo e sociedade talvez ganhe alguma importância se observarmos que nosso jornalismo está preso nas malhas dessa perspectiva espetacular da realidade, na qual a própria definição de cidadania é alterada, ressignificada. A perspectiva de uma humanidade cidadã é secundarizada e substituída gradativamente por um “cidadão-mastercard” - incom-

⁹ Foucault define a formação discursiva, em relação à constituição de objetos, “se se estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele (o objeto do discurso) pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar.” FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

¹⁰ Conf. MEDINA, Cremilda. (Org.) *O jornalismo na nova república*. São Paulo: Summus, 1987. p. 136-140.

¹¹ ALFREDO, Bosi. In: *Cultura brasileira e culturas brasileiras. Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹² A expressão é usada pelo jornalista José Hamilton Ribeiro, no debate conduzido por Cremilda Medina nos anos 80. Oportunamente o título dessa parte do livro é: *Inquietudes e incertezas profissionais*. Op. cit. p 137.

patível com qualquer perspectiva de construção de uma “tecnologia social”.

A crítica à sociedade do espetáculo já foi muito bem diagnosticada por Guy Debord. O pensador francês faz uma conexão conceitual que pode, ao menos provisoriamente, nos orientar na caracterização da sociedade do espetáculo. Após montar a tipologia do espetáculo, ele escreve:

A sociedade modernizada até o estágio do espetacular integrado se caracteriza pela combinação de cinco aspectos principais: a incessante renovação tecnológica, a fusão econômico-estatal, o segredo generalizado, a mentira sem contestação e o presente perpétuo.¹³

A validade dessa formulação, na perspectiva que ora trabalhamos, é múltipla. Primeiro, porque vai se aproximar de uma condição da experiência de vida contemporânea já aceita como “condição pós-moderna”. Uma segunda validade do referencial de Debord está na associação do poder espetacular com a idéia de segredo, uma ligação, portanto, com o mítico, o irracional, o encantado. Toda essa formulação, finalmente, opera com a possibilidade de uma categoria de percepção do tempo - centrada agora no presente.

Ao recuperar o conteúdo e a forma marxista do Manifesto Comunista, Debord considera a mercadoria como espetáculo, no qual o mundo sensível e real “é substituído por uma relação de imagens”. Tal relação existiria acima do real sensível ou do concreto-objetivo, nos quais tem-se o apelo fundante da prática da reportagem. No jornalismo contemporâneo, os próprios jargões são alterados seguindo essa lógica do espetáculo. Não se usa mais a expressão “fonte” jornalística. Agora é charmoso se produzir matérias com “personagens”; se você ligar para um jornal ou uma televisão sugerindo uma matéria sem personagem, dificilmente tal sugestão vira pauta. Ora, é preciso questionar o significado desse termo? Qual a sua gênese e como ele migra da literatura para o jornalismo? Personagem nos remete à idéia de ficção,

incompatível com a tradição da prática da reportagem, que promete um aprofundamento dos relatos sobre os fatos, uma interpretação maior de certas cenas sociais, o debate crítico. É importante observar como Debord vai trabalhar, quase em termos conceituais próprios de Marx, a relação entre fetiche da mercadoria e sociedade do espetáculo. Na caracterização da emergência da sociedade do espetáculo, Debord nos conduz à primeira metade do século XX, mais pontuadamente por volta dos anos 20, pois para ele tal sociedade não teria, em 1967, mais que 40 anos. Nesse curto espaço de tempo, perdemos a perspectiva da geração de uma crítica. Ou, como afirma Debord: Liquidaram com a inquietante concepção, que predominara por mais de duzentos anos, segundo a qual uma sociedade podia ser criticada e transformada, reformada ou revolucionada.¹⁴

No Brasil, em nossa interpretação, experimentamos esse processo aceleradamente entre os anos 80-90. A reportagem, em sua tradição, não transforma os fatos em fetiches, daí que ela é “abandonada” ou secundarizada. Em seu lugar, em vez da criação de um debate sobre os rumos da sociedade e os sentidos da cidadania, temos a invenção de uma “cidadania-mastercard”, capaz de transformar - com a ajuda do jornalismo - nossos melhores sonhos e segredos em uma mercadoria. Para reverter esse quadro, os jornalistas precisarão recuperar o sentido de intelectual público no exercício de sua profissão e o postulado da crítica - ambos contextualizados em um novo aparato de tecnologia social.

Bibliografia

ALFREDO, Bosi. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e a filosofia da linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos*

¹³ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p.175.

¹⁴ Para Debord, e nisso repousa seu ceticismo, a mercadoria já não pode ser criticada por ninguém, “nem como sistema geral, nem como esses trastes que os chefes de empresa acharam conveniente colocar no mercado”. op. cit. 183.

- conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MACHADO, J.A Pinheiro. *Opinião x censura - momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM. 1978.

MEDINA, Cremilda. (Org.) *O Jornalismo na nova república*. São Paulo: Summus, 1987.

PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil - entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

RUSSEL, Jacoby. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp/Trajecória Cultural, 1990.